

**Educação Financeira nos Anos Finais do Ensino
Fundamental: O Olhar Docente de Uma Escola da Rede
Pública do Município de Crateús/CE**

**Financial Education in The Final Years of Elementary
School: The Teacher Look of a School of the Public
Network of the Municipality of Crateús/CE**

Francisco Elton Oliveira do Nascimento¹

Francisco Jucivânio Félix de Sousa²

José Claudio Del Pino³

RESUMO

Este estudo buscou investigar as interpretações da aplicabilidade da Educação Financeira (EF) nos anos finais do Ensino Fundamental pelos professores de uma escola pública do Município de Crateús/ CE. Para tanto, houve uma pesquisa bibliográfica e documental a respeito do assunto, tendo como principais referências Modernell (2011); Kistemann (2012); Muniz, Pessoa e Kistemann (2018); Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF (2010); e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017). Foi realizada uma investigação com aproximações de um estudo de caso através da aplicação de questionário via Google Forms aos professores que lecionavam na escola investigada. Os resultados obtidos demonstram que o desenvolvimento do tema da EF é importante para que os indivíduos criem hábitos financeiros saudáveis. Com relação aos professores, notou-se que compreendiam os conceitos de EF e defendiam a importância da abordagem desse tema para os discentes, alegando que a mesma contribui na formação de indivíduos conscientes financeiramente.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Financeira. Temas transversais. BNCC. Ensino Fundamental. Matemática.

¹ Secretaria de Educação do Estado do Ceará - SEDUC/CE. E-mail: eltinholiveira2015@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4469-6188>.

² Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE) *campus* Maracanaú. Doutor em Ensino. E-mail: jucivanio.felix@ifce.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0011-6690>.

³ Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES). Doutor pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pós-doutor pela Universidade de Aveiro – Portugal. E-mail: delpinojc@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8321-9774>.



ABSTRACT

This study sought to investigate the interpretations of the applicability of Financial Education (FE) in the final years of elementary public school of the Municipality of Crateús/CE. Therefore, there was a bibliographical and documentary research on the subject, having as main references Modernell (2011); Kistemann (2012); Muniz, Pessoa e Kistemann (2018); National Financial Education Strategy – ENEF (2010); and the National Common Curriculum Base – BNCC (2017). An investigation was conducted with approximations of a case study through the application of a questionnaire via Google Forms to teachers who taught at the school investigated. The results show that the development of the theme of FE is important for individuals to create healthy financial habits. With regard to teachers, it was noted that they understood the concepts of FE and defended the importance of the approach to this theme for students, claiming that it contributes to the formation of financially conscious individuals.

KEYWORDS: Financial Education. Cross-cutting themes. BNCC. Teaching Fundamental. Mathematics.

Introdução

Em maio de 2020, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) constatou que passa de 66% o índice de famílias endividadas por cartões de crédito. Isso ressalta a dificuldade do brasileiro de lidar com bens financeiros e que não é suficiente apenas saber utilizar uma série de técnicas matemáticas aplicadas à análise de dados financeiros em geral, é essencial que os indivíduos sejam capazes de consumir de forma consciente e administrar seus rendimentos. Para tanto, a Educação Financeira (EF) desempenha papel fundamental na obtenção desse objetivo.

Em conformidade com essa perspectiva, Dornela *et al.* (2014) defende que a Educação Financeira visa promover a conscientização dos indivíduos, auxiliando-os a tomar decisões quanto a poupar ou investir, além de atentar com o social, formando indivíduos não apenas ligados ao hoje, mas também ao futuro.

Segundo Silva *et al.* (2014), no Brasil, o início das ações governamentais em prol da EF se deu a partir de 2007, por meio da formação do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). Num trabalho conjunto, representantes do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil se uniram para desenvolver a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que consiste em uma mobilização para divulgar e propagar a Educação Financeira no Brasil.

Os assuntos abordados pelo plano diretor ENEF foram o ponto de partida para a elaboração e implantação do Programa de Educação Financeira nas Escolas, e este foi um dos pilares para a inserção da Educação Financeira como um dos temas contemporâneos transversais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Em 2017 foi aprovada a nova versão da BNCC para a Ensino Infantil e Ensino Fundamental, na qual a EF passou a ser um dos temas contemporâneos transversais do Ensino Fundamental e o assunto, que antes era associado apenas à Matemática, passou a ser abordado em diferentes componentes ou em projetos que visem trabalhar habilidades socioemocionais e reforçar a conexão entre o ensino e a realidade das crianças.

Pregardier (2015) afirma que o docente está em uma posição privilegiada no que compete à formação de hábitos, visto que trabalha com crianças e adolescentes em um estágio no qual esses estão desenvolvendo conexões entre o seu comportamento e suas experiências vivenciadas. E que, através da inserção de hábitos práticos e saudáveis, é possível colaborar para uma qualidade de vida melhor dos indivíduos. Portanto, ao se introduzir atividades sobre o tema da EF desde o início da vida escolar, é provável que os alunos passem a dispor de hábitos econômico-financeiros para praticar em sua vida social.

Entendemos que a EF nas escolas poderá contribuir na criticidade dos discentes ao consumirem, economizarem e investirem recursos financeiros. Enxergamos evidências sobre a importância desse assunto em todas as etapas da vida escolar dos indivíduos, por isso, revelamos que a temática envolvida necessita dialogar com as práticas pedagógicas a serem abordadas pelos docentes, que irão desempenhar um papel importante para auxiliar os alunos a compreenderem os conceitos e utilizarem no cotidiano.

Diante disso, este estudo busca investigar as interpretações da aplicabilidade do estudo de EF nos anos finais do Ensino Fundamental pelos professores de uma escola da rede pública municipal de ensino, na cidade de Crateús/CE. Para obter tais respostas, foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário junto a cinco professores que atuavam nos anos finais do Ensino Fundamental dessa escola, onde buscou-se contemplar os conceitos que eles atribuíam à EF e a aplicabilidade dessa temática em suas práticas pedagógicas como docentes para o público em questão. Posteriormente essas respostas foram discutidas junto às ideias de estudiosos do assunto e às sugestões contidas na BNCC.

A Importância da Educação Financeira

Dornela *et al.* (2014) corrobora que a EF consiste em mecanismos e estratégias que possibilitam ao indivíduo aprender e fazer bom uso de suas finanças, ou seja, que possam tomar decisões conscientes. Essa educação pode gerar impactos econômicos, sociais e ambientais, como, por exemplo, o consumo

racionais de produtos eletrônicos, que acarreta maior durabilidade dos produtos e, conseqüentemente, uma produção menor de lixo.

Para Saito (2007), a EF deve ser compreendida em como um processo de conhecimento que permite o aprimoramento da capacidade financeira dos indivíduos, de modo que estes possam tomar decisões fundamentadas e seguras. Destacamos que vivemos numa sociedade capitalista, onde se faz necessária a atenção dos indivíduos acerca da força de mercado, que acaba por influenciar as decisões de consumo por meio de seus mecanismos, como o marketing das empresas e produtos.

Além desses, a falta de acesso e de informação acerca do conhecimento financeiro poderão gerar conseqüências indesejadas, como erros nas tomadas de decisões e falhas no planejamento financeiro ou, até mesmo, a ausência de um planejamento relativo às compras e condução das receitas que os sujeitos adquirem em sua jornada diária.

Lizote e Verdinelli (2014) comungam com a ideia defendida por Saito (2007) em relação à EF. Para eles, a EF pode ser definida como a forma como as pessoas buscam conhecimentos para melhor gerir as finanças e tomar suas decisões, tanto no que se refere à geração das receitas, quanto com relação ao bom uso delas.

Em decorrência do fato de não terem tido um contato com as questões relacionadas ao planejamento financeiro, ou seja, não terem acesso a este tipo de educação, grande é o número de indivíduos que acabam por se envolver em situações complicadas, obtendo obrigações maiores do que a sua capacidade financeira.

Dessa forma, os indivíduos devem ser capazes de analisar as propostas de forma consciente, avaliando os possíveis impactos financeiros que sua decisão acarretará, gerando condições propícias ao desenvolvimento econômico e próspero de seus bens financeiros. Em decorrência disso, Modernell (2011, p. 11) alega que a EF “deve ser vista como um conjunto de hábitos financeiros saudáveis que contribuam para melhorar a situação, o proveito e as perspectivas financeiras das pessoas”.

E é nesse contexto que a EF se alinha como uma proposta educativa, objetivando futuramente o bem-estar financeiro dos alunos, conseqüência de uma consciência cidadã e da construção de conhecimentos específicos sobre as finanças, desenvolvendo habilidades que propiciem um adequado manejo do dinheiro.

Educação Financeira no Contexto Escolar

No ano de 2004, o então Deputado Federal pelo Estado de São Paulo Lobbe Neto propôs, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei n. 3.401/2004, que tratava da criação da disciplina de EF nos currículos do ensino básico. Apesar de o projeto não ter sido efetivado no seu formato original, no ano de 2009, através do Projeto de Lei da Câmara n. 171/2009 (Lobbe Neto, 2009), decidiu-se que o tema da EF integraria o currículo da disciplina de Matemática.

Um ano após a aprovação da lei que permitiu à EF ser um dos assuntos abordados do currículo da disciplina de Matemática, o CONEF criou, a partir do Decreto Federal n. 7.397/2010 (Brasil, 2010), a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que tem como objetivo fortalecer a cidadania através de ações que auxiliem a população a tomar suas decisões de forma mais independente e consciente, além de informar e implementar a EF.

Dentre os projetos desenvolvidos pela ENEF, podemos destacar o EF nas escolas, que busca levar os ensinamentos da EF para a educação básica e contribuir na formação de indivíduos conscientes financeiramente e, em consequência, mais responsáveis.

Esse ideal corrobora com o pensamento de Aquino (2001, p. 03), ao defender a importância da Educação Financeira para as crianças, afirmando que a EF " [...] colabora para que nossas crianças venham a tornar-se adultos seguros, responsáveis e equilibrados. Adultos, enfim, capazes de assumirem as rédeas de uma vida independente [...]", e, ao preparar nossos discentes para a administração de bens financeiros, os estaremos preparando para a busca de melhor qualidade de vida e que possam planejar suas ações para o futuro.

Embora a EF já venha sendo propiciada aos alunos por meio das iniciativas já descritas, ainda temos um longo caminho para que haja uma aprendizagem integral desse tema, e um motivo para essa realidade é a abordagem desvinculada do contexto dos estudantes, sem aplicação em seus cotidianos.

Dessa forma, a vinculação da disciplina de Matemática com a EF é evidente, visto que, na análise de muitas situações a serem vivenciadas pelos alunos irão necessitar de fundamentação matemática para que possam obter êxito na resolução de problemas e análise crítica das possíveis soluções.

Entretanto, como já disposto no projeto EF nas escolas, a abordagem do assunto certamente não deve apenas ser explorada na disciplina de Matemática, como também nas demais disciplinas curriculares, objetivando diferentes enfoques.

E, em busca da consolidação desse ideal, a BNCC propõe que a EF seja um dos temas contemporâneos.

Para tanto, o trabalho com a EF nas escolas é uma forma de contribuir para a formação da vida do aluno como cidadão, oferecendo-lhe condições para que possa construir significados a partir de diversas situações presentes em seu cotidiano.

Com a homologação da BNCC no ano de 2017 e com sua implementação a partir do ano de 2020, a EF passou a tomar um papel de maior destaque no cenário educacional escolar brasileiro, pois se tornou um dos temas contemporâneos transversais e, conseqüentemente, suas temáticas foram diluídas em todas as disciplinas escolares.

É mister enfatizar que a EF se distingue da Matemática Financeira. Enquanto a Matemática Financeira se preocupa em possibilitar aos discentes a realização de cálculos matemáticos presentes em situações financeiras, sem se preocupar em contextualizar cenários econômicos reais e que gerassem discussões além dos cálculos, a EF transcende esses aspectos e, a partir das informações econômicas a que os estudantes têm acesso, procura desenvolver discussões e reflexões sobre os significados dos índices, das taxas e que estas discussões possam orientar cada indivíduo consumidor a organizar-se financeiramente e tomar suas decisões.

Essa mesma concepção é trazida por Domingos (2016), ao defender que o ensino da EF não se apoia apenas na matemática, cálculos e planilhas, embora esses não possam e nem devam ser esquecidos e subjugados, mas sendo o tema muito mais do que isso, pois é de suma importância considerar que os hábitos cotidianos afetam o modo como se utiliza o dinheiro, ou seja, eles são a base para a EF.

Kistemann, Coutinho e Figueiredo (2020) entendem que a proposta da EF na BNCC é prover o estudante com habilidades e competências que façam com que este sujeito seja um leitor do cenário econômico em que se encontra inserido e atuando, e desenvolva estratégias e tomadas de decisão que promovam uma vida financeira marcada pela cidadania e pela ética nas ações de consumo.

Desde as primeiras iniciativas de disseminação da EF no Brasil pela ENEF, foram definidas as dimensões espaciais e temporal a serem desenvolvidas. Essas mesmas podem ser observadas na BNCC no referente à formação de um cidadão que, a partir dos conhecimentos escolares e extraescolares, possa se constituir e tomar decisões financeiras social e ambientalmente responsáveis, exercendo direitos e deveres de forma ética e responsável.

Entendemos que, na dimensão espacial, os conceitos da EF se norteiam em busca do impacto das ações individuais sobre o contexto social. Dessa forma, essa dimensão compreende os níveis individual, local, regional, nacional e global, que se organizam de modo inclusivo. Ela se empenha em revelar a responsabilidade das decisões econômicas de cada indivíduo na sua atuação em contextos financeiro-econômicos.

Observamos que essa dimensão também exerce um papel ético e social, como defendem os pesquisadores Muniz, Pessoa e Kistemann (2018, p. 07-08), ao afirmarem "essa dimensão foca ainda na potencialidade da educação financeira no desenvolvimento da cidadania de fato, olhar crítico e questionador, de modo a se tornar um indivíduo-consumidor que atua no contexto financeiro-econômico [...]".

A dimensão temporal com relação à EF está preocupada em abordar os conceitos com base na noção de que as decisões tomadas no presente podem e vão afetar o futuro. O desenvolvimento dessa dimensão pode se tornar complexo pelo fato de ser difícil precisar com exatidão qual o momento mais adequado para consumir, se agora ou adiar o consumo, como investir seus recursos financeiros a curto, médio e longo prazo. Entretanto, os indivíduos que conseguem pôr os conceitos da EF em prática associados à dimensão temporal podem obter benefícios como uma aposentadoria tranquila e confortável.

Conforme Muniz, Pessoa e Kistemann (2018), alguns dos principais desafios para a implantação da EF escolar se relacionam com a função e a atuação do professor de Matemática, pois, ele que, até então, atuava de forma isolada e pouco interativa com as demais disciplinas, com a nova BNCC espera-se que passe a exercer uma nova postura, na qual irá atuar de forma integrada e interdisciplinar, compartilhando saberes e até sendo influenciado pelas ações das práticas pedagógicas dos docentes de outras disciplinas.

Educação financeira como tema contemporâneo transversal

A proposta de uma educação voltada para a cidadania como princípio norteador de aprendizagem, em nosso país, vem se desenvolvendo desde a década de 90. Esse cenário trouxe questões sociais como objetivos de aprendizagem e, cada vez mais, foi necessário que se inserissem temas que a sociedade mundial estava constantemente discutindo, como o Meio Ambiente, Saúde e Economia.

A princípio os temas contemporâneos foram recomendados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) no ano de 1996, e traziam seis temas, que eram: Saúde; Ética; Orientação Sexual; Pluralidade Cultural; Meio Ambiente; Trabalho e

Consumo, pois eram temas de grande relevância da sociedade e, por entenderem que, para se alcançar os objetivos e finalidades educacionais, há que ser adotada uma postura que considere o contexto escolar, o contexto social, a diversidade e o diálogo.

As orientações presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs e nos demais normativos da educação básica direcionam para a obrigatoriedade dessas escolas trabalharem, juntamente com conteúdos curriculares e das áreas de conhecimentos específicas, os temas transversais, de modo interdisciplinar e transdisciplinar, fazendo associações que conduzam à reflexão sobre questões da vida cidadã (Brasil, 2013).

Com as mudanças e avanços ao longo dos anos e dos documentos que regem a educação brasileira, esses temas passaram a ser chamados de temas contemporâneos na última versão da BNCC, sugerindo às escolas "[...] em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos [...]" (Brasil, 2017, p. 19).

A mudança de nomenclatura com o acréscimo do termo "contemporâneo" para completar o transversal evidencia o caráter de atualidade desses temas e sua relevância para o Ensino Fundamental, buscando uma abordagem que integra e agrega aos componentes curriculares. Outra mudança que ocorreu foi a ampliação dos temas contemplados visando atender às novas demandas sociais. Enquanto os PCNs abordavam seis temas, a BNCC aponta seis macroáreas temáticas (Cidadania e Civismo, Ciência e Tecnologia, Economia, Meio Ambiente, Multiculturalismo e Saúde), englobando 15 Temas Contemporâneos.

A EF, que é objeto de estudo da nossa pesquisa, está inserida na macroárea da Economia, e tem sua abordagem defendida por ser entendida como um tema atual e que pode contribuir com o desenvolvimento social dos discentes. Carvalho (1999) defende que a escola é o lugar ideal para se construir uma nova cultura financeira, apoiando-se nas pesquisas e nos conhecimentos da matemática, que corrobora ser capaz de "[...] construir atividades que orientem os alunos na hora de escolher entre comprar à vista ou a prazo, bem como recorrer a seus direitos, inclusive quando pagam antecipadamente uma prestação que tem juros embutidos. (Carvalho, 1999, p. 39).

Embora, ao pensar em EF alguns indivíduos a associem exclusivamente com a disciplina de Matemática, ela pode e deve ser abordada pelas demais áreas de

conhecimento. Cita-se, como exemplo, no caso ensino da Língua Portuguesa, que uma das habilidades incluídas prevê que os estudantes aprendam a "ler e compreender, com autonomia, boletos, faturas e carnês". Já, em Ciências Naturais, a BNCC destaca habilidades relacionadas ao cálculo do consumo de energia elétrica de eletrodomésticos e a avaliação do impacto do uso no orçamento mensal da família. (Silva, 2014)

Sendo assim, fica evidente que o desenvolvimento da EF dos indivíduos pode ocorrer de forma integral para que haja uma unificação da ação educadora. E, como os conceitos da EF acabam resgatando tópicos da vida real, os professores devem buscar interligá-los com o contexto de cada disciplina.

Metodologia

A metodologia desta pesquisa consiste em um estudo de caso, que, segundo Gil (2008, p. 57), é “[...] caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimento mediante os outros delineamentos considerados”.

Foram utilizadas informações de natureza qualitativo-quantitativa na construção do estudo, baseando-se na técnica de coletas de dados a partir de uma investigação bibliográfica e documental, uma revisão de literatura especializada e, além disso, a aplicação de questionários. A unidade de estudo da pesquisa foram os docentes de uma escola da rede pública municipal na cidade de Crateús/CE que lecionavam para os anos finais do Ensino Fundamental.

Como técnica de coleta de dados para o estudo de caso, foi feita uma análise documental, tendo como documentos norteadores a Estratégia Nacional da Educação Financeira e a Base Nacional Comum Curricular, para apurar os aportes teóricos e objetivos da EF no país, e relatar as orientações pedagógicas dessa temática no contexto escolar, respectivamente, além de pesquisas bibliográficas a respeito dos conceitos da EF.

Utilizamos como instrumento de pesquisa o questionário, aplicado de forma *online*, pela plataforma *Google*. Devido à pandemia causada pela Covid-19, eles foram aplicados de forma online por meio do uso da plataforma *Google Forms*. Constatamos que o uso desse instrumental permitiu aos pesquisadores atender aos objetivos do trabalho e, conforme Gil (2008, p. 121), ele possibilita “o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

O questionário foi aplicado aos docentes da instituição que lecionavam nos anos finais do Ensino Fundamental, sendo um total de cinco professores. Informamos, que os cinco docentes responderam as questões propostas da investigação.

Após a aplicação dos questionários, ocorreram a organização e a análise desse material, utilizando-se a análise proposta por Moraes e Galiuzzi (2007), ou seja, a Análise Textual Discursiva (ATD).

Essa abordagem “[...] valoriza argumentos qualitativos, movendo-se do verdadeiro para o verossímil, daquilo que é provado por argumentos fundamentados na lógica formal para o que é fundamentado por meio de uma argumentação dialética rigorosa [...]” (Moraes; Galiuzzi, 2007, p. 49), fazendo com que se possa obter uma visão holística das questões abordadas na pesquisa.

A pesquisa foi desenvolvida no segundo semestre de 2021, e todos os participantes leram e assinaram o termo de ciência e livre esclarecido, concordando com a participação anônima e voluntária para o estudo, além de ficarem livres para exporem suas opiniões e crenças sobre a temática pesquisada. Os participantes da pesquisa foram identificados nas falas como Docente 1, Docente 2, Docente 3, Docente 4 e Docente 5.

Análise e Discussões dos Dados

A investigação foi desenvolvida em uma escola da rede pública da cidade de Crateús/CE, localizada no distrito de Assis, que fica na zona rural, com distância aproximadamente de 40 quilômetros da sede desse município. A mesma atende uma clientela de aproximadamente 120 alunos do distrito e de localidades circunvizinhas, atuando do ensino infantil até os anos finais do Ensino Fundamental, nos turnos da manhã e tarde, oferecendo ensino em tempo integral para as turmas de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental.

O questionário aplicado foi respondido pelos cinco docentes que atuavam nos anos finais do Ensino Fundamental e, desse público, 60% se classificam como sendo do sexo feminino e 40% como masculino. Foi perguntado também sobre a faixa etária dos indivíduos e obtemos que 40% têm de 20 a 30 anos, 40% tinham de 30 a 40 anos e 20%, acima de 50 anos.

Ao serem perguntados sobre sua área de formação, três docentes informaram que eram Pedagogos, enquanto dois assinalaram para a formação específica, um em Química e outro em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Os docentes ministravam aulas nos seguintes componentes curriculares:

Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Artes, Ciências, Matemática, Geografia, História e Educação Religiosa. Verificamos que mesmo nos anos finais do Ensino Fundamental, temos professores ensinando disciplinas que não são sua formação inicial, ou a sua formação específica.

Gatti (2010), estudiosa sobre formação docente no Brasil, traz que, historicamente, os cursos formadores de professores estiveram associados à separação formativa entre professores polivalentes e professores especialistas, onde o primeiro grupo fica responsável por lecionar para a educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, e o professor “especialista” de disciplina era responsável por lecionar para as demais séries.

Ainda com relação à formação profissional dos sujeitos da pesquisa, investigamos sobre o grau de formação docente inicial e continuada, pois, cada vez mais, se exige da formação docente um preparo que possibilite aos profissionais do magistério uma qualificação multidisciplinar e polivalente. Não se pode deixar de assinalar também as exigências específicas e legais para o exercício da docência no que corresponde às etapas da educação básica. Assim, verificamos que 60% dos professores possuíam especialização *Latu Senso*.

Ao iniciarmos os questionamentos sobre o tópico da Educação Financeira, quisemos compreender as concepções dos docentes sobre esse assunto e pedimos que informassem o conceito que eles compreendiam sobre o tema. A partir disso, recebemos as seguintes definições:

(Docente 1): “Disciplina que orienta o aluno a lidar com economia no cotidiano.”

(Docente 2): “Componente essencial para os educandos aprenderem a ter controle de gastos e noções financeiras de políticas governamentais.”

(Docente 3): “Como um meio de investir no que realmente é necessário.”

(Docente 4): “Muito importante para o mundo que vivemos”

(Docente 5): “No meu ponto de vista a educação financeira está relacionada com a maneira como lidamos com as finanças em nosso dia a dia e, ainda, no quanto sabemos fazer isso. A educação financeira, propriamente, introduz conceitos financeiros e orienta as pessoas a aprimorar sua relação com o dinheiro, ajudando-as a usá-lo de forma mais responsável e consciente no curto, médio e longo prazo”.

Podemos perceber que, nas cinco definições, a EF é caracterizada como essencial, importante e um meio de orientação, em especial, os conceitos explanados pelos Docentes 1 e 2 comungam diretamente com as ideias de Lizotte e

Verdinelli (2014) em relação à aquisição desse conhecimento, pois eles acreditam que, quando essa educação é adquirida, os indivíduos passam a planejar seu futuro e melhoram sua capacidade de gerir os recursos.

Ainda sobre as definições atribuídas a essa temática pelos docentes, destacamos de forma positiva o conceito atribuído pelo Docente 5, uma vez que ele traz de forma clara e coesa aspectos primordiais da EF, como, por exemplo, sua contextualização no cotidiano e os benefícios que a mesma pode vir trazer, e assemelhando-se ao conceito de EF que inspira a própria ENEF.

Identificamos que os participantes mencionaram algum aspecto importante na construção do conceito da EF. Percebemos também que a definição por parte de alguns pode ser considerada superficial, e não contempla características mais específicas que demonstram conhecimento rigoroso sobre o tema, o que remete à necessidade de oferta de capacitações continuadas sobre a temática, visto ser essencial que os professores possam dominar sobre os tópicos a serem ensinados.

Buscamos entender, também, se esse público utiliza os conhecimentos dessa temática em sua vida financeira, e perguntamos: “Você se considera um indivíduo educado financeiramente?” Obtivemos que 20% desses indivíduos não se julgavam educados financeiramente, já, para 80% desse público, se achavam educados financeiramente, analisando a definição de Modernell (2011) de que a EF relaciona-se aos hábitos financeiros saudáveis, que garantem a melhoria da qualidade de vida, o proveito e as perspectivas pessoais em relação aos meios monetários de que se dispõe.

Em seguida foi exposto que a EF foi atribuída aos temas contemporâneos transversais a partir da nova versão da BNCC (2017), aspecto que deverá trazer consequências às práticas docentes de todos os envolvidos. Então, perguntou-se sobre capacitação sobre essa área, e obtivemos que 100% dos entrevistados disseram que não receberam capacitação sobre o tema de EF.

Constatamos que nenhum dos docentes que compõem o público-alvo desta pesquisa recebeu capacitação sobre EF, fato que pode estar diretamente relacionado às concepções rasas e/ou superficiais atribuídas por alguns docentes a essa temática, que já foram percebidas nas discussões anteriores. Porém, observamos uma contradição dos entrevistados, pois 80% afirmaram "se considerar educados financeiramente", entretanto, nenhum deles recebeu capacitação sobre o tema, e espera-se que educação financeira seja adquirida por meio de formações, capacitações e/ou estudos pessoais sobre a temática.

Corroboramos com o pesquisador Kistemann (2012), ao associar a esse processo que, para que venhamos a ser educados financeiramente, devemos ter uma preparação para cada indivíduo-consumidor, visando desenvolver a cidadania crítica que propicie a cada um deles o acesso às regras do jogo financeiro-econômico. E cada cidadão deve ter a capacitação que lhe possibilite o acesso às ferramentas que regem as ações e transações econômicas, para que possa escolher que decisões deve tomar.

Com relação às questões ligadas à importância atribuída pelos professores em relação ao estudo de EF nos anos finais do Ensino Fundamental, tivemos que 60% consideravam muito importante e 40%, importante. Revela-se que todos os envolvidos percebiam a EF como um assunto que deve ser trabalhado em todos os componentes curriculares e atribuíam importância aos conteúdos sobre EF.

Com a implementação da nova versão da BNCC a partir de 2020, os docentes deveriam incorporar a EF em suas aulas e, a respeito disso, perguntamos: “Em suas aulas com os anos finais do Ensino Fundamental já foi abordado o ensino de EF?”. Obtivemos que três docentes trabalharam essa temática e dois não desenvolveram nenhuma atividade relacionada a esse tópico. Os três que responderam ter trabalhado essa temática apontaram para as seguintes práticas pedagógicas.

(Docente 1): “Uso de calculadora para cálculos, vídeos explicativos, situações do cotidiano para debate”.

(Docente 4): “Estudo sobre dinheiro”.

(Docente 5): “Ensinar o tema é uma forma de preparar as crianças e os adolescentes para o futuro. Exposição da temática, conceitos, discussão, pesquisa e realização de atividades contextualizadas, partindo da realidade do aluno”.

Os docentes 1 e 5 deixaram evidente, em suas descrições, que utilizaram situações cotidianas dos discentes para realização das atividades e construção dos debates a respeito do assunto. Esse pensamento se assemelha à percepção adotada para abordagem desse tema por Muniz, Pessoa e Kistemann (2018) apresentam que a resolução de um exercício sem uma discussão crítica dos temas presentes, e distante da realidade dos discentes pouco contribui para o desenvolvimento integral de seus conceitos, o ideal é que seja tratada a partir do contexto econômico dos sujeitos envolvidos no processo.

Enquanto isso, os docentes 2 e 3 explicaram quais fatores contribuíram para não adotarem a abordagem da EF em suas aulas para os anos finais do Ensino Fundamental.

(Docente 2): “Especificamente não foi abordado a temática de educação financeira, apenas superficialmente em alguma questão do conteúdo”.

(Docente 3): “Pela disciplina que leciono”.

Podemos observar que o docente 2 tinha a consciência de que a utilização superficial de alguns conceitos de EF em questões não seja considerada ideal, tanto que o mesmo sujeito nem sequer considerava esse tipo de prática uma abordagem. Já o docente 3 alega que não abordou devido à disciplina que lecionava, sendo assim, estava desconsiderando que esse tópico pode se adaptar a todos os componentes curriculares, e esqueceu que o mesmo é um dos temas contemporâneos transversais, e deve ser trabalhado. O próprio Ministério da Educação os descreve como:

Já o transversal pode ser definido como aquilo que atravessa. Portanto, TCTs, no contexto educacional, são aqueles assuntos que não pertencem a uma área do conhecimento em particular, mas que atravessam todas elas, pois delas fazem parte e a trazem para a realidade do estudante. Na escola, são os temas que atendem às demandas da sociedade contemporânea, ou seja, aqueles que são intensamente vividos pelas comunidades, pelas famílias, pelos estudantes e pelos educadores no dia a dia, que influenciam e são influenciados pelo processo educacional (Brasil, 2019, p. 7).

Embora na questão anterior um sujeito da pesquisa tivesse argumentado que não abordou a EF devido a considerar que não se adequava à disciplina que lecionava, lembramos que, em questionamentos anteriores, ao se investigar se essa temática adequava-se à disciplina que os mesmos lecionavam, todos deram respostas positivas e argumentaram que esse enlace é possível por se tratar de um tema que trata sobre dinheiro e, portanto, faz parte da vida de todos, o que nos relata uma contradição entre as respostas obtidas.

Ao se buscar compreender de forma mais clara as interpretações dos entrevistados sobre a aplicabilidade da EF nos anos finais do Ensino Fundamental, questionamos: “Em sua visão, quais desafios devem ser enfrentados para que a implementação da Educação Financeira no contexto escolar seja eficaz?”. E recebemos as respostas que se seguem.

(Docente 1): “Mais investimentos”.

(Docente 2): “De início, o pouco conhecimento das quatro operações fundamentais e a falta de domínio em leitura para interpretação de texto”.

(Docente 3): “Porque, quanto mais soubermos, melhor será”.

(Docente 4): “Acredito que é a turma tomar gosto pelo assunto”.

(Docente 5): “Entre os desafios elencados está a falta dessa cultura na comunidade escolar. Portanto, é importante iniciar o estudo da educação financeira desde a infância, juntamente com as demais disciplinas curriculares na escola, sem dúvida irá fazer com que os alunos, ao chegarem à vida adulta, consigam lidar com as finanças pessoais e, assim, viver uma vida mais estável. Ter consciência que o dinheiro não pode ser gasto sem planejamento e disciplina, é preciso saber analisar primeiro, organizar para chegar aonde deseja”.

Os desafios citados pelos docentes estão em conformidade aos listados por Machado (2017), ao entender que a má formação, as condições de trabalho inadequadas, a baixa remuneração salarial, o baixo investimento em políticas públicas educacionais atrapalham os ambientes de aprendizagem. O mesmo autor também traz que uma das maiores fontes de dificuldades com a Matemática reside na atual falta de entusiasmo dos estudantes pelos temas relacionados à disciplina.

Conclusão

As abordagens teóricas que fundamentam o estudo demonstram o quão importante é o desenvolvimento do tema da EF, tanto para a sociedade em geral, quanto para os discentes que tenham essa formação, através do ambiente escolar. Em sala de aula, os alunos iniciam o processo de formação de hábitos e, em razão do contato com o tema da EF, passam a desenvolver tais conhecimentos em seus comportamentos cotidianos. Deste modo, esperamos que possuam consciência acerca de como planejar-se financeiramente de maneira adequada e visionária sobre seu futuro.

Além disso, o trabalho buscou descrever a inserção da EF como tema contemporâneo transversal, destacando os documentos norteadores dessa iniciativa, desde o Projeto de Lei n. 3.401/2004, passando pela criação da ENEF, até concluir com a homologação da nova versão da BNCC em 2017. Dessa forma, foi possível investigar os objetivos e os aspectos positivos e desafiadores que a compõem.

A partir da análise dos documentos, foi possível perceber que a orientação é que esse tema seja abordado de forma transversal, isto é, deve ser abordado por todas as matrizes curriculares em consonância com o contexto social dos envolvidos (alunos, professores, comunidade escolar), e abordando a dimensão temporal e dimensão espacial.

Ao buscar investigar sobre os conceitos de EF para os professores investigados, constatamos que boa parte dos participantes da pesquisa tinham uma boa compreensão sobre os conceitos de EF, comungando, muitas vezes, com ideais

de pesquisadores da área. Entendiam que a abordagem desse tópico no contexto escolar é importante, defendiam que sua abordagem deve ser realizada utilizando o contexto econômico dos indivíduos envolvidos, e a mesma pode contribuir na formação de cidadãos críticos responsáveis financeiramente.

Embora tenhamos um grupo docente com boas noções sobre o assunto, há também aqueles que possuíam interpretações rasas e/ou superficiais sobre o tema e que também ainda não haviam abordado o assunto em sua prática pedagógica, o que nos evidencia a necessidade de inserção desses conteúdos nos currículos da Educação Básica, nos livros didáticos das diversas áreas, para que os docentes possam procurar explorar a temática em suas aulas, planejar atividades interdisciplinares e com isso, busquem orientações, leituras e capacitações sobre EF.

Concluimos, portanto, que a EF como tema contemporâneo transversal possibilita que os discentes possam se educar financeiramente para tomada de decisões conscientes nas diversas áreas da sociedade. Além disso, a pesquisa nos mostra lacunas na formação inicial dos docentes sobre a EF, os mesmos são estimulados a desenvolverem atividades curriculares com a temática em estudo, porém não tiveram capacitações acerca desse tema.

Compreendemos, que os documentos norteadores da educação nacional podem ser um suporte valioso no desenvolvimento das práticas de inserção dessa temática no contexto escolar e que os professores pesquisados possuíam convicções que oportunizam a abordagem do assunto de maneira a contribuir significativamente com o desenvolvimento dos discentes.

Referências

AQUINO, Cassia D'. **Educação Financeira: 20 Dicas para ajudar você a educar seu filho**. 2. ed. São Paulo: Me Poupe, 2001.

Banco Central do Brasil. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BCB, 2013. 72 p. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: 16 abri. 2021.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. Plano Diretor ENEF. Brasília, DF, 2010. Disponível em <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>> Acesso em: 30 ago. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**.

– Atualizada até março de 2017. Disponível em:
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bas es_1ed.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2018

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. MEC, 2013. Brasília, DF, 2013. Disponível em:<
<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file/>>. Acesso em 21 set. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos Temas Contemporâneos Transversais, ética/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em:
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_s ite.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC**. Brasília, MEC, 2019. Disponível em
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/ SEF, 2000.

CARVALHO, Valéria de. **Educação matemática: matemática & educação para o consumo**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação: Educação Matemática) — FE, Unicamp, Campinas (SP). Disponível em:<http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/253654/1/Carvalho_Valer iade_M.pdf> Acesso em: 28 de abr. 2021.

DOMINGOS, Reinaldo. A importância da educação financeira nas escolas. **A Tribuna News**, Campo Grande, 9 nov. 2014. Disponível em:
<<https://www.tribunanews.com.br/artigos/a-importancia-da-educacao-financeira-nas-escolas-reinaldo-domingos>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

DORNELA, Fernanda J.; TEIXEIRA, Fábio A.; COSTA, Ricardo F. M.; SANTOS JUNIOR, Walter L.; SOUZA, Luíza M. Educação Financeira: aprendendo a lidar com o dinheiro. **Revista Raízes e Rumos**, UFRJ, v. 2, n.1, p. 91-155, jun. 2014.

GATTI, Bernadete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, nº 113, p. 1.355-1.379, out./dez. 2010.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KISTEMANN JR., Marco A. Sobre a produção de significados e a tomada de decisão de indivíduos-consumidores. **Anais do III EIEMAT. Escola de Inverno de Educação Matemática**. 1º Encontro Nacional PIBID-Matemática, 2012.

KISTEMANN JR., Marco A.; COUTINHO, Cileda Q. S.; FIGUEIREDO, Auriluci C. Cenários e desafios da educação financeira com a base curricular comum nacional (BNCC): Professor, Livro Didático e Formação. **EM TEIA**. vol. 11 - número 1 – 2020.

LIZOTE, Suzete A.; VERDINELLI, Miguel A. Educação financeira: um estudo das associações entre o conhecimento sobre finanças pessoais e as características dos estudantes universitários do curso de Ciências Contábeis. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 14, 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo, FEA/USP, 2014.

LOBBE NETO, Antonio A. Projeto de Lei n. 3.401, de 27 de abril de 2004. Cria a disciplina "Educação Financeira" nos currículos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e do ensino médio. **Diário da Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 12 maio 2004. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=250412>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

LOBBE NETO, Antonio A. Projeto de Lei n. 171, de 10 de setembro de 2009. Altera a redação do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (cria a disciplina "Educação Financeira" nos currículos de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental e do ensino médio). **Diário do Senado Federal**, Brasília, DF, 20 set. 2009. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3374541&disposition=inline>> Acesso em: 15 mar. 2021.

MACHADO, Nilson J. Formação do professor de Matemática: currículos, disciplinas, competências, ideias fundamentais. In: CARVALHO, Anna M. P. (org.). **Formação Continuada de professores: uma releitura das áreas de conteúdo**. São Paulo: Cengage, 2017.

MODERNELL, Álvaro. **Quero ser rico**. Mais Ativos Educação Financeira, Brasília-DF. 2011.

MUNIZ, Ivail J.; PESSOA, Cristiane A. S.; KISTEMANN JR., Marco A. Cenários sobre educação financeira escolar: entrelaçamentos entre a pesquisa, o currículo e a sala de aula de matemática. **EM TEIA**. vol. 9 - número 1 – 2018.

PREGARDIER, Ana P. M. **Educação financeira: jogos para sala de aula: uma abordagem lúdico-vivencial de formação de hábitos**. Porto Alegre: AGE, 2015.

SAITO, André T. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, 2007.

SERASA. **Inadimplência aumenta 2,6% em janeiro, segundo Serasa Experian**. Disponível em: <<https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/noticias/inadimplencia-aumenta-26-em-janeiro-segundo-serasa-experian/>>. Acesso em: 30 jan. 2021

SILVA, Amarildo M. D. et al. Um estudo sobre a inserção da educação financeira como tema curricular nas escolas públicas brasileiras. **Atas do XXV Seminário de Investigação em Educação Matemática**. Braga: APM, p. 35–46, 2014. Disponível em: <http://www.apm.pt/files/P1_53435ecb1c615.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2020.

SKOVSMOSE, Ole. Cenários para investigação. **BOLEMA – Boletim de Educação Matemática**, Rio Claro, n. 14, p. 66-91, 2000.

TARDIF, Maurice; RAYMOND, Danielle. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n 209 o 73, Dezembro/00.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4214>>. Acesso em: 20 maio 2021.

Submetido em fevereiro de 2023.

Aceito em agosto de 2023.

